



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E BILÍNGUE: DIFICULDADES, PAUSAS E AVANÇOS

Marcela Regina Mafra¹

Vivian Leite Pereira Montanher²

Ricardo Lopes Fonseca³

RESUMO

Atualmente, a Educação Inclusiva vive um novo tempo, em que se assegura a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Nunca se falou tanto a respeito da importância da Educação Inclusiva e da Educação Bilíngue, pois, o ensinar e o aprender alcançaram dimensões significativas e os processos de ensino e de aprendizagem se tornaram uma realidade. Nessa relação, a educação se constitui numa construção do conhecimento que é pautado pela busca de novos saberes, novas práticas e novas significações. Assim, o presente texto objetiva discutir quais são as dificuldades que os profissionais da educação ainda enfrentam ao se depararem com a Educação Inclusiva e a Educação Bilíngue nos ambientes escolares, para que ambas sejam respeitadas independentemente das condições especiais do educando, de modo que a escola possa se adaptar para atender as necessidades existentes e, desta forma, combater quaisquer barreiras atitudinais. Nesse sentido, o texto justifica-se por abordar os avanços e pausas nesse cenário diante da atual situação da inclusão educacional brasileira. A discussão a respeito foi construída utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica aliada ao estudo de documentos legais que norteiam todo o processo educativo brasileiro no que tange à educação inclusiva, com natureza qualitativa dos dados, se pautando em leituras e análises de autores como Mittler (2003), Aranha (2004), Mantoan (2005). Contudo, infelizmente, ainda vemos a limitação dos professores frente à peculiaridade linguística dos educandos, fazendo com que o ensino, muitas vezes, não gere aprendizagem adequada e esperada.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Bilíngue, LIBRAS.

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR), Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade União Cultural do Estado de São Paulo (FUCSP/SP), Graduada em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – (UENP -Campus Cornélio Procopio/PR) - mrm_mafra@yahoo.com.br

² Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR), Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco (UCB), Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR – Campus de Apucarana/PR), - vleitepereira0@gmail.com.

³ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Professor Adjunto da Universidade Estadual de Londrina (UEL), lotado no departamento de Geociências e professor-orientador no Programa de Pós Graduação em Educação (PPEdu) - ricardolopesf@uel.br.



A Educação Especial vem despertando um olhar diferenciado, sobretudo a partir da década de 1990 com o reconhecimento da Educação Inclusiva como política educacional prioritária em função de novas demandas e expectativas sociais, os profissionais da área têm se voltado para a busca de igualdade de condições para o acesso e a permanência dos educandos na escola.

Nesse sentido, o presente texto tem o objetivo de discutir quais são as dificuldades que os profissionais da educação ainda enfrentam ao se depararem com a Educação Inclusiva e a Educação Bilíngue nos ambientes escolares, para que ambas sejam respeitadas independentemente das condições especiais do educando, de modo que a escola possa se adaptar para atender as necessidades existentes e, desta forma, combater quaisquer atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social do educando com deficiência em igualdade de condições e oportunidades para com os demais. Portanto, o texto justifica-se por abordar os avanços e pausas que ocorreram na Educação Inclusiva e Bilíngue diante da atual situação da inclusão educacional brasileira.

A metodologia adotada para elaboração deste é a pesquisa bibliográfica aliada ao estudo de documentos legais que norteiam todo o processo educativo brasileiro em relação à educação inclusiva, com natureza qualitativa dos dados.

O grande mote da Educação Inclusiva e Bilíngue é trabalhar as diferenças, de modo a satisfazer as necessidades básicas de todos e promover inclusão no meio social. Nesse sentido, as políticas públicas nas últimas décadas avançaram e democratizaram o acesso à educação, buscando qualidade no ensino, principalmente nas etapas que compõem a Educação Básica. Assim, no que diz respeito a pessoa com deficiência auditiva (surdo), é de extrema importância o uso da língua de sinais (LIBRAS) dentro dos ambientes escolares.

Desta forma, para tornar-se inclusiva, a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, bem como rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Isto implica em avaliar e re-desenhar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino.

Para tanto, a inclusão escolar é um tema muito discutido, pois envolve várias questões que demandam discussões, análises e pesquisas em diferentes contextos da educação brasileira.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E BILÍNGUE: DIFICULDADES, PAUSAS E AVANÇOS



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDBEN) é um avanço extremamente significativo, pois estabelece a educação como direito de todos, sendo dever do Estado e da família a promoção da mesma. O artigo 2º aponta para a o atendimento de todos com igualdade, visando o acesso e a permanência do aluno.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDBEN Nº 9396/96, 1996, p. 267).

Os alunos com necessidades educativas especiais possuem seus direitos reafirmados em diversas leis, sendo a LDBEN 9394/96 e a Declaração de Salamanca (1994), as que abordam melhor as particularidades da inclusão social e educativa dessas pessoas.

Nos artigos 58 e 59 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), apresenta a educação especial como uma modalidade da educação escolar que deve ser preferencialmente ofertada no ensino regular e discorre acerca de sua organização e atendimento, bem como do que deve ser assegurado à estes educandos. Constrói, a partir desses artigos, a organização de uma educação que atende a todos e é, de fato, inclusiva.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 42) aborda a necessidade de disponibilização dos recursos materiais e didáticos ao atendimento de alunos com necessidades educativas especiais, ao expor que:

Devem ser disponibilizados recursos para garantir a formação dos professores de ensino regular que atendem alunos com necessidades especiais, para apoiar centros de recursos e para os professores de educação especial ou de apoio. Também é necessário assegurar as ajudas técnicas indispensáveis para garantir o sucesso de um sistema de educação integrada, cujas estratégias devem, portanto, estar ligadas ao desenvolvimento dos serviços de apoio a nível central e intermédio (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.42).

Desta forma, deixa claro que é necessário assinalar maneiras eficazes para o desenvolvimento de uma educação inclusiva que saia do papel e se efetive nas instituições escolares. Para tanto, o interesse e a preocupação das políticas públicas deve gerar em torno de um atendimento de qualidade, com concretização da inclusão social e educacional, por meio do emprego de recursos adequados e estabelecimento de metas a serem atingidas, de modo a alcançar uma educação de qualidade com acesso e permanência de todos. Logo, as intervenções concretizadas, devem ser amparadas pela legislação supracitada, além de outras que expõem o assunto, e precisam ser cumpridas pela sociedade em geral.

Segundo Aranha (2004):



Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades (ARANHA, 2004, p. 192).

A escola inclusiva consiste em um espaço que além de ofertar o direito ao acesso dos alunos portadores de necessidades especiais, também assegura o direito de outras pessoas que possam vir a sofrer qualquer tipo de preconceito, portanto a escola inclusiva garante a permanência e o sucesso dos alunos, e isso é, certamente, um desafio constante. Mantoan (2005) ressalta que:

A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, 2005, p. 64).

Mittler (2003) descreve a escola inclusiva como “aquela que acolhe e ensina as pessoas respeitando todas as diferenças, sejam elas individuais, raciais, políticas, sociais ou culturais”. É a instituição escolar que se preocupa com as necessidades do aluno, possui professores preparados a atender e ensinar a todos e, não apenas aqueles que consideram necessitar de atendimento educacional especial. Porém, Mantoan (2005), assinala que não é assim que a sociedade e a educação estão preparados e traz a importância de uma redefinição da educação.

Os sistemas escolares estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores e especialistas nesta ou naquela manifestação das diferenças. [...] Se o que pretendemos é uma escola inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças (MANTOAN, 2005, p. 16).

Desta forma, o modelo de escola inclusiva descrito, precisa de muitos ajustes e mudanças, de modo que para funcionar bem, seus princípios devem estar pautados em forte liderança por parte da direção, objetivos claros, confiança na possibilidade de aprendizado por todos os alunos e promoção de atividades adequadas a todos, com acolhimento e acomodação da diversidade.

No entanto, nos deparamos diariamente com alunos com necessidades especiais frequentando as escolas de ensino regular que ainda possuem sérios problemas a serem solucionados, tendo em vista que “as unidades de ensino não estão preparadas para receberem os alunos, assim como os professores em sua grande maioria não receberam uma formação

adequada para atuarem em salas de aula com alunos com necessidades educacionais especiais” (MEDEIROS, ET AL., 2018, p. 02), um exemplo disso, é o uso da LIBRAS, que em sua grande maioria não é dominado pelos docentes, dificultando a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Além disso, a falta de estrutura física da escola dificulta a acessibilidade do educando, aliado a isso ainda temos a insuficiência de equipamentos e técnicas, como jogos e materiais específicos, para o trabalho das diversas deficiências presentes entre os alunos.

Não podemos deixar de falar da falta de um professor de apoio, que têm a função de auxiliar o professor, tendo em vista o grande número de alunos em sala de aula, o que o impede de oferecer atenção especial aos alunos com deficiência. Nesse sentido, salientamos que incluir não é apenas permitir o acesso por meio da matrícula nas instituições de ensino regular, mas sim fornecer estrutura física, profissionais qualificados e preparados para que o real processo de ensino aprendizagem aconteçam.

Nos últimos tempos, a educação inclusiva e bilíngue configuram diversas questões que vem sendo discutidas na tentativa de encontrar soluções ou ao menos minimiza-las para que a educação de qualidade possa ser garantida e ofertada a todos, desta forma tem sido colocado em discussão políticas públicas educacionais que possam ser qualificadas, funcionais e eficazes, fazendo valer o processo de democratização e, garantindo o direito de todos a uma educação de qualidade, de modo que o educando possa ser entendido como sujeito histórico, capaz de conhecer seus direitos e deveres, dispondo assim de uma educação promotora capaz de favorecer ao indivíduo condições dignas para viver em sociedade, considerando sua pluralidade e diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a educação inclusiva vive um novo tempo, onde assegura a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Nunca se falou tanto a respeito da importância da educação inclusiva e da educação bilíngue, pois o ensinar e o aprender alcançaram dimensões significativas, e o processo de ensino e aprendizagem tornou-se uma realidade. Nessa relação, a educação se constitui numa construção do conhecimento que é pautado na busca de novos saberes, novas práticas e significações.

Educar para uma sociedade “inclusiva” pressupõe compreender toda uma complexa realidade presente nas salas de aula. Realidade na qual os educadores se encontram e sentem-se, muitas vezes, despreparados quando a questão é trabalhar com alunos de inclusão; e que exigem que a comunicação aconteça por meio da LIBRAS. Embora tenhamos a certeza de que nosso papel; enquanto educadores, está sendo bem desempenhando e de que todo cidadão tem o direito de ter acesso à informação e ao conhecimento, ainda assim encontramos obstáculos que impedem de realizarmos um trabalho coerente com a nossa prática pedagógica.



A sociedade inclusiva que almejamos deve pautar-se na compreensão do significado do termo “inclusão”. Educar para a inclusão é afirmar que “Todos” têm o direito de estudar numa escola regular com outros educandos, construindo juntos os conhecimentos. Incluir não se restringe apenas na inserção do educando com necessidades especiais no ensino regular, sem acompanhamento específico. Os educadores necessitam de apoio técnico e acompanhamento pedagógico para reavaliarem suas práticas assim como ajudarem seus alunos na prazerosa tarefa da busca pelo conhecimento.

Contudo, infelizmente, ainda nos deparamos com limitações na estrutura física e na qualificação e preparo dos professores diante de tantas peculiaridades, inclusive linguísticas, de modo que muitas vezes o ensino não gere a aprendizagem adequada e esperada.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. **Educação Inclusiva: transformação social ou retórica**. Marília: Fundepe, 2004.

BRASIL. Lei Federal n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, v. 134, n. 248, 22 dez. 1996.

Declaração de Salamanca - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em <
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso e, 10 de ago 2023.

MANTOAN, Maria Tereza Eglêr. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2005.

MEDEIROS, Sonia Azevedo de. ARAÚJO, Marcilda Bezerra de. AZEVEDO, Flávio Medeiros de. SOUZA, Sérgio dos Santos. NÓBREGA, Kiarelly Cícero Martins da. **Educação inclusiva: dificuldades e avanços em uma escola da rede municipal**. Disponível em <
https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA10_ID1_1419_17092018230701.pdf>. Acesso em 10 ago 2023.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.